CRISE DO CAPITALISMO: agudização das expressões da questão social em tempos de ultraneoliberalismo

¹Bruna Valeska Barros Silva ²lara Maysa Gonçalves de Brito

RESUMO

O presente artigo relata sobre a crise do capitalismo enfatizando a agudização das expressões da questão social diante da conjuntura do ultraneoliberalismo. Objetivando analisar e contribuir com a temática relatada. Utiliza-se o método crítico dialético para fundamentação e compreensão crítica da estrutura societária, na visão totalitária, considerando a universalidade/singularidade e particularidade do objeto, analisando as principais categorias do estudo, que são a crise do capitalismo, questão social e ultraneoliberalismo.

Palavras-chave: Palavra-chave 1; Crise do Capitalismo 2. Questão Social 3. Ultraneoliberalismo.

ABSTRACT

This article reports on the crisis of capitalism, emphasizing the sharpening of the expressions of the social question in the context of ultraneoliberalism. Aiming to analyze and contribute to the reported theme. The critical dialectical method is used for the foundation and critical understanding of the corporate structure, in the totalitarian view, considering the universality/uniqueness and particularity of the object, analyzing the main categories of the study, which are the crisis of capitalism, social issue and ultraneoliberalism.

Keywords:1; Crisis of Capitalism 2. Social Question 3. Ultraneoliberalism.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo analisar e contribuir com o debate sobre o estudo da crise do capitalismo em tempos de agudização das expressões da

¹Bruna Valeska Barros Silva- Mestranda em Serviço Social. Universidade Estadual da Paraíba-UEPB, Programa de Pós-graduação em Serviço Social- PPGSS-UEPB. E-mail: bruna.valeska@aluno.uepb.edu.br

²lara Maysa Gonçalves de Brito- Mestranda em Serviço Social. Universidade Estadual da Paraíba-UEPB, Programa de Pós-graduação em Serviço Social- PPGSS-UEPB. E-mail: maysa.iara@gmail.com.



questão social. A questão social vem, ao longo dos anos, sofrendo um processo de acirramento da barbárie, através do aprofundamento da crise do capital, gerando consequências sociais, políticas e econômica, perpassada em toda estratificação social. O estudo orienta-se por meio do método marxista, com análise bibliográfica, na dialética de compreender os elementos estruturais e conjunturais da realidade, e de como a crise do capital agudiza as contradições do sistema capitalista.

Doravante, surge a necessidade de abordar a temática a partir da conjuntura socioeconômica e política, outrora descrita, a fim de elucidar os reflexos dessa crise do capitalismo que vem sendo desenvolvida há anos, e mais fortemente na contemporaneidade, tendo em vista a ascensão do ultraneoliberalismo, gerando implicações diretas na vida da classe trabalhadora, em seu âmbito social, político e econômico, ou seja, em toda esfera humana.

Essa produção e reprodução de mercadorias e relações sociais é um ciclo do modo de produção do capital, ocorrem inúmeras vezes e faz parte da dinâmica do sistema. O ponto da ação capitalista é que em cada ciclo, os lucros são obtidos. Porém, nem sempre esse ciclo se completa da forma que a burguesia esperava, e assim os lucros esperados não são realizados.

Dessa forma, assume-se que todas as relações sociais também são afetadas por essa crise, abrangendo mundialmente as manifestações da questão social, por sua vez são resultados desse sistema capitalista. E assim esperamos contribuir, ainda que em caráter incipiente, com o debate em torno do tema proposto.

2 CRISE DO CAPITAL

São as profundas mudanças sociais ocorridas desde a década de 1970 que redesenharam em grande parte a imagem do capitalismo contemporâneo – claramente, o capitalismo globalizado assumindo novas características e processos inéditos. Essas transformações estão relacionadas com as mudanças ocorridas no chamado mundo do trabalho que produziram a falsa tese do fim da sociedade













operária e do desaparecimento do proletariado como classe, e essas mudanças são certamente relacionadas à revolução tecnológica em curso no elo produtivo.

Desse modo, a natureza da crise, do ponto de vista da organização da economia e das relações sociais, caracteriza-se como uma crise de superprodução, determinada pelo processo incessante de busca de superlucros e superacumulação. A crise é cíclica um fator inerente ao modo de produção capitalista, segundo Carcanholo(2010),

Estas características próprias do fenômeno (crise cíclica) é que fazem da teoria de Marx uma das mais sólidas para o seu entendimento, assim como, para os nossos propósitos aqui, obriga-nos a recuar um pouco no tempo. Esta crise atual só pode ser entendida a partir das características da fase anterior de relativo o crescimento do capitalismo que, por sua vez, se relaciona com as formas como ele conseguiu se "recuperar" de sua última grande crise estrutural.

Os mecanismos utilizados pela burguesia frente à crise capitalista incidem sobre a economia, a política a cultura e no âmbito social, em caráter universal, pois abrange todas as esferas da vida social, assumindo o perfil de "uma crise estrutural que afeta a totalidade de um complexo social em todas as suas relações com suas partes constitutivas".

É evidente a centralidade do mercado no atendimento as necessidades materiais e sociais da população, afastando-se da garantia dos direitos e aproximase das transformações dos bens e serviços públicos em mercadorias lucrativas, isso se revela a subordinação dos estados aos interesses do capital, no governo Bolsonaro temos expressões emblemáticas do ultraneoliberalismo essa direção se demonstra em mecanismos de contrarreforma do estado e de mercantilização das políticas públicas, cresce assim a expansão dos serviços assistenciais voluntários por iniciativa de destituições religiosas, nas mais diversas modalidades.













Desde a promulgação da Constituição Federal de 1988 e de todas as conquistas no campo dos direitos sociais, os governos vêm realizando uma série de ataques com base na ideologia neoliberal, resistindo ao progresso no contexto de uma crise estrutural de capital que trouxe grandes desafios para programar as políticas sociais, incluindo políticas de saúde, Assistência Social e Previdência Social.

Sendo assim, desde os anos 90, em nome da crise capitalista disseminada, o Brasil realiza um processo de contrarreforma nacional, que mostra particularidades em diferentes governos, no neoliberalismo (Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso- FHC), no social-liberalismo como variante do neoliberalismo (Lula da Silva e Dilma Rousseff) e no recrudescimento do ultraneoliberalismo (Michel Temer e Jair Messias Bolsonaro). De acordo com Netto (2012),

Na verdade, desde os anos 1990, em todos os continentes registraram-se crises financeiras, expressões localizadas da dinâmica necessariamente contraditória do sistema capitalista. E crises, não só as financeiras, fazem, também necessariamente, parte da dinâmica capitalista - não existe capitalismo sem crise. São próprias deste sistema as *crises cíclicas* que, desde a segunda década do século XIX, ele vem experimentando regularmente. E que, seja dito de passagem, não conduzem o capitalismo a seu fim: sem a intervenção de massas de milhões de homens e mulheres organizados e dirigidos para a sua destruição, do capitalismo, mesmo em crise, deixado a si mesmo só resulta... mais capitalismo.

Dessa forma, a crise toma rumo com medidas que se desenvolvem no cenário de exploração do trabalho, superpopulação relativa, e do Exército industrial de reserva, constituídos de mulheres e homens desempregados, com trabalhos informais que afeta diretamente a capacidade política organizativa dos trabalhadores.

A manipulação de questões tem ressonância no senso comum, nos setores mais precários as expressões em manifestações discriminatórias racistas, machista e de assustadora ignorância nessa mesma linha, medidas de corte de gastos públicos











atinge diretamente a educação e a pesquisa, gerando cada vez mais a precarização do trabalho, a flexibilização da produção, a terceirização dos vínculos empregatícios, causando sérias consequências nas políticas sociais, e na esfera do trabalho. Segundo Netto(2012),

Diante disso, aponta-se a existência das taxas crônicas de desemprego, que evidenciam o aprofundamento dessa crise estrutural, e tem significado um importante mecanismo do capital, utilizado para aumentar as formas de exploração do trabalho, na busca por retomar suas taxas de lucro, por meio da flexibilização. Ou seja, a acumulação do capital e seus processos de concentração e centralização têm gerado um número significativo de trabalhadores supérfluos, que pressionam o trabalho formal, favorecendo os processos de precarização; tornando-se funcional ao capitalismo, na sua busca desenfreada por retomar suas taxas de lucro.

Deste modo, através da acumulação capitalista evidenciam-se as razões do acúmulo de riqueza e a pauperização cada vez mais crescente da classe trabalhadora. E assim, o Estado passa a ser o regulador da economia, não provendo os mínimos sociais para a sociedade capitalista, transversalmente as políticas sociais, resultando em um Estado forte para o capital e mínimo para o social, diminuindo os investimentos na política pública. Em consequência as táticas de exploração se desenvolveram, mas são os trabalhadores e a sociedade como um todo que acabam pagando pela crise do capital, explicitando que são visíveis a demissões, aumento de horas trabalhadas e, em suma, precarização das relações de trabalho. É uma forma de evitar novas quedas nas margens de lucro, convocando toda a sociedade a se solidarizar com o capital. Segundo Meszáros(2002),

A novidade histórica da crise de hoje torna-se manifesta em quatro aspectos principais: (1) seu caráter é universal, em lugar de restrito a uma esfera particular (por exemplo, financeira ou comercial, ou afetando este ou aquele ramo da Crise estrutural do sistema do capital de produção, aplicando-se a este e não àquele tipo de trabalho, com sua gama específica de habilidades e graus de produtividade etc.); (2) seu alcance é verdadeiramente global (no sentido mais literal e ameaçador do termo), em lugar de limitado a um conjunto particular de países (como foram todas as principais crises no passado); (3) sua escala de tempo é extensa, contínua, se preferir, permanente, em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital; (4) em contraste com as erupções e os colapsos mais











REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA Formação da Consciência de Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE DE LUKÁCS

espetaculares e dramáticos do passado, seu modo de se desdobrar poderia ser chamado de rastejante, desde que acrescentemos a ressalva de que nem sequer as convulsões mais veementes ou violentas poderiam ser excluídas no que se refere ao futuro: a saber, quando a complexa maquinaria agora ativamente empenhada na "administração da crise" e no "deslocamento" mais ou menos temporário das crescentes contradições perder sua energia.

Desse modo, a crise estrutural do capital aprofunda em todos os domínios da vida social, econômica e cultural e escancara o crescimento do desemprego por toda parte numa escala assustadora, e a miséria humana a ele associada, visto que o capitalismo é um sistema destrutivo, mas é importante compreender que a crise estrutural do capital não se resume a uma crise financeira, mas repercute fortemente no potencial de autodestruição da humanidade, tanto através de elevação das expressões da questão social, e por meio da destruição financeira.

O mais importante sobre a crise estrutural do capital é mostrar que a crise não é apenas o impacto real de uma determinada condição econômica, mas uma crise crônica, cumulativa e permanente das limitações e destrutividade de um determinado capital.

Assim, com o percurso desencadeado pela pandemia global de Covid-19, em 2020, no lastro da crise estrutural do capital, verifica-se a homogeneidade das várias crises: económica, sanitária, ideologia política A pandemia global não é de forma alguma uma "gripezinha", mas expôs as contradições do capitalismo em múltiplas dimensões e revelou a intensificação das expressões da questão social.

Diante desses fatos, as condições de trabalho e as relações mudaram significativamente. Assim, os discursos que exaltam o autoemprego, o empreendedorismo e a multifuncionalidade adquirem funcionalidade e redefinem a divisão social e tecnológica do trabalho. O novo processo histórico transita entre o jogo de velhas e novas tendências na reprodução e valorização do capital e integra, em seu todo concreto, o complexo econômico, social, político e cultural em real movimento. Sendo assim, no próximo tópico iremos elucidar sobre a intensificação das expressões da questão social.













2.1 A intensificação das expressões da questão social em tempos de ultraneoliberalismo

A questão social que pretendemos analisar, se situa em suas origens na ordem capitalista como um conflito entre capital e trabalho causado pelos efeitos da primeira onda de industrialização. Desse modo, a questão social é um fenômeno que só começou a surgir na industrialização do capitalismo no século XIX, visto que foi nesse ínterim que as condições sociais e históricas permitiram que ele surgisse. Segundo Santos (2012).

Isso significa dizer que a gênese da "questão social" é explicada pelo processo de acumulação ou reprodução ampliada do capital. Esse processo remete à incorporação permanente de inovações tecnológicas pelos capitalistas, tendo em vista o aumento da produtividade do trabalho social e a diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário a produção de mercadorias. Essa tendência, por sua vez, produz um movimento simultâneo de aumento do capital constante e diminuição do capital variável, que corresponde à força de trabalho.

Nesse sentido, a questão social claramente tem origem na sociedade burguesa e nas suas já mencionadas leis gerais de acumulação capitalista, que, por sua própria natureza, são a base para o surgimento do pauperismo e o motor para a ampliação da miséria, da pobreza, violência, desemprego e fome.

Sendo assim, as relações desiguais por meio da chamada Lei Gerais da Acumulação Capitalista, mostrando-nos o quão contraditório é esse sistema. Esse modo de produção capitalista produz e reproduz as condições de exploração dos trabalhadores e constantemente os obriga a vender sua força de trabalho para sobreviver, enquanto os capitalistas enriquecem comprando de forma barata a força de trabalho. Nesse sentido, os capitalistas acumulam capitais, e quanto mais capitais se acumula, pior tende a ser a situação dos trabalhadores. Esse acúmulo de riqueza, por um lado, levou a um acúmulo de miséria e pobreza, por outro.













Prosseguindo, a pauperização da classe trabalhadora constitui uma das primeiras expressões da chamada questão social. Diante das contradições geradas pelo conflito entre capital e trabalho.

A crise capitalista tem sua raiz fincada no modo de produção capitalista, afetando a sociedade de forma avassaladora com suas consequências destrutivas aos seres humanos, seja em sua condição social, econômica e política, ampliando incessantemente a fome, pobreza, desemprego, violência. Dessa forma surge a questão social, fruto da contradição capital/trabalho, que tem como base a sociedade burguesa com a Lei Geral de acumulação capitalista. Segundo Marx (1975), esse modo de produção funda-se na exploração do trabalho assalariado, ou seja, na exploração do capital sobre o trabalho.

A magnitude da crise é tamanha que há uma tendência a exacerbar os antagonismos existentes, ou seja, todas as expressões da questão social causadas pelo sistema. Portanto, ações que tentam contornar esses enfrentamentos, não chegam à raiz do problema. Desta forma, aumenta a exploração dos trabalhadores e a instabilidade das relações de trabalho devido à contratação de mão de obra barata, muitos trabalhadores se submetem para sobrevivência, sustento e de sua família. Sendo assim, os efeitos da crise estrutural do capital são sentidos através de cortes de recursos destinados a população brasileira, retirando-se os direitos sociais dos seres humanos.

A devastação sistemática da natureza e a acumulação contínua do poder de destruição - para as quais se destina globalmente uma quantia superior a um trilhão de dólares por ano - indicam o lado material amedrontador da lógica absurda do desenvolvimento do capital. Ao mesmo tempo, ocorre a negação completa das necessidades elementares de incontáveis milhões de famintos: o lado esquecido e que sofre as consequências dos trilhões desperdiçados (MÉSZÀROS,2002, p. 801).













Durante o percurso de explicitação, é evidenciado que o sistema capitalista é destrutivo em suas diversas fases, o seu principal objetivo é obter lucros exacerbados, e não para atender as necessidades humanas. E consequentemente as repercussões negativas são vivenciadas através da crescente desigualdade social, desumanização, aumento da violência, entre outros.

Em suma, tem se nesse processo as expressões das exigências do capital nesse quadro histórico, trazendo sérias consequências como à destruição do trabalho protegido e da organização política dos trabalhadores, através das formas mais acirradas de exploração do trabalho, usurpação direta dos salários e do fundo público, para transformar dinheiro em capital, expansão da superpopulação relativo transformando desempregados empreendedores individuais, transformação dos trabalhadores e suas famílias em sujeitos individuais e consumidores de pobres serviços rentáveis do capital. Desse modo assistimos o movimento de passivação das classes subalternas através das classes dominantes exigindo novas formas de obtenção de consenso através de práticas coercitivas, temos de um embutido ódio de classe para neutralizar a onda ultraneoliberal e conservadora.

No caso do Brasil, aliada com o agravamento do contexto da pandemia, vivese um cenário de grave instabilidade política e a ausência de respostas unificadas e favoráveis a vida por parte do poder público, sobretudo do (des)governo federal, que segue em desarticulação com estados e municípios, escancarando um projeto perverso de necropolítica, sustentado pelo ultraneoliberalismo. Isso tudo subsidiado pelo desmantelamento e retraimento do Estado, também impulsionado por medidas como a Emenda Constitucional Nº 95/2016, que causa impactos às políticas sociais, esta emenda congela os gastos sociais por 20 anos, tendo consequências para o financiamento da saúde e os direitos trabalhistas mais flexíveis e precarizados.

Em suma, é necessário entender que a ofensiva ultraneoliberal e a crise capitalista serve aos interesses do capital financeiro, através de diversos aparatos, impulsionando de maneira severa uma extinção ou retrocesso dos direitos da classe













trabalhadora, tendo em vista que as políticas sociais sempre atendem – dialeticamente – a demandas do trabalho e interesses do capital e que, em momentos de crise do capital e de crise da organização do trabalho, os interesses do capital são privilegiados.

Diante dos períodos de crise, a função do Estado de garantidor de direitos à população é deixada de lado em detrimento da manutenção da acumulação capitalista, o que se manifesta, dentre outras coisas, na retirada de direitos trabalhistas, na superexploração, na contrarreforma às políticas sociais pelo subfinanciamento, desfinanciamento, privatização e filantropização.

3 CONCLUSÃO

Ante o exposto, verifica-se que a crise é inerente ao modo de produção capitalista, que se manifesta em diferentes épocas objetivando a manutenção da sociabilidade burguesa. É no contexto de crise do capital, em que são evidenciadas as debilidades do sistema capitalista, e que as expressões da questão social se agudizam.

De tudo o que foi exposto, é evidente que a intensificação das manifestações da questão social é resultado direto de uma crise estrutural do sistema capitalista, para a manutenção desse sistema não importa a degradação natural ou artificial. Enquanto houver capitalismo, haverá exploração, desigualdade, aumento da barbárie, fome, pobreza, destruição ambiental, enfim, os males causados pelo modo de produção capitalista são enormes e cabe à classe trabalhadora reivindicar por uma nova forma de sociabilidade.

Nesse ínterim, o ultraneoliberalismo, apresenta como características principais o tradicionalismo, o desprezo pela razão, à recusa e o receio das instituições democráticas, a restrição da liberdade individual do sujeito frente aos interesses do













Estado, a naturalização da desigualdade e o apreço pela religiosidade eurocêntrica, o desfinanciamento das políticas públicas, a barbárie humana posta em nossos dias.

A partir da pesquisa bibliográfica empreendida, chega-se à conclusão de que o ultraneoliberalismo em sua versão tem regredido as políticas públicas que não se empenham em intervir na questão social pertinentes, com a preponderância de políticas sociais paternalistas em consequente criminalização da pobreza.

Sendo assim, este artigo se propôs a traçar uma análise sobre os elementos que compõem o processo de crise do capitalismo e o ultraneoliberalismo em ascensão. Vimos que as políticas públicas vêm sofrendo com a precarização, privatização, o subfinanciamento, o desfinanciamento e como esse processo de agravamento a partir de 2016, quando temos a "passagem" (demarcada pelo golpe que depôs Dilma) de um neoliberalismo social-liberal (nos governos petistas) para o ultraneoliberalismo, que se iniciou com Temer e teve continuidade no governo Bolsonaro.

REFERÊNCIAS

CARCANHOLO, MARCELO DIAS. Crise econômica atual e seus impactos para a organização da classe trabalhadora. **Revista Aurora**, v. 3, n. 2, 2010.

MÈSZÁROS. István. Para além do capital. Ativação dos limites absolutos do capital. São Paulo : Boitempo, 2002. **Capitulo 5.**

MARX, K. **O 18 Brumário de Louis Bonaparte**. Coimbra: [s.n.], 1971. _____. O Capital: crítica da economia política. O processo de reprodução do capital. 3 ed. [S.l.:s.d], 1975.

NETTO, J. P. **Crise do capital e consequências societárias.** Serviço Social & Sociedade, n. 111, p. 413-429, 2012.







APOIO





PAULO NETTO, José; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica.** São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca básica de serviços social).

SANTOS, Josiane Soares. "Questão social": particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.







